

Apresentação Desafios 2011 – II Parte (Economia)

A segunda parte do livro “Desafios para Moçambique 2011”, dedicada à Economia, discute a questão das opções económicas da mobilização de recursos domésticos para financiar o desenvolvimento e sua relação com o padrão de crescimento e acumulação.

Especificamente, os 5 (cinco) artigos que compõem esta parte debruçam-se acerca do debate sobre o financiamento ao Estado e ao sector privado, num **contexto em que, por um lado**, os processos de acumulação apresentam uma natureza extractiva, tal que as ligações produtivas e fiscais geradas são fracas e **reproduzem uma economia** com fraca capacidade de retenção de riqueza, e altos níveis de concentração e dependência externa.

E, por outro lado, a tendência de estagnação e/ou declínio da ajuda externa, **que constitui uma dominante forma** de financiamento do Estado e o fraco exercício de cidadania derivado desta dependência - em que a relação de prestação de contas se resume a governo e doadores - **clamam** pela necessidade de se pensar na mobilização doméstica de recursos para financiamento da despesa pública.

I

Neste contexto, o primeiro artigo, de autoria de Carlos Castel-Branco, faz a introdução da discussão, ao iniciar com uma revisão crítica do debate acerca dos desafios da mobilização de recursos domésticos para financiar o desenvolvimento. **O artigo olha para a questão de financiamento** do Estado sob um novo prisma, em que esta não é uma questão isolada em si, mas interliga-se com o padrão de crescimento e opções de investimento e consumo, e portanto com opções de acumulação e reprodução social. **E desta feita, conclui o autor**, que a decisão de mobilização doméstica de recursos, **pela mobilização das receitas ociosas dos benefícios fiscais concedidos ao grande capital e pela definição de uma matriz macroeconómica de utilização dos recursos naturais**, constitui uma questão central do desenvolvimento nacional.

Ao mostrar a pertinência da discussão para Moçambique, **o artigo discute também**, a economia política deste debate em Moçambique, apresentando os agentes, os interesses e pressões que

guiam as escolhas de opções de política pública (no que diz respeito à não renegociação com os mega projectos), e as implicações do financiamento do Estado.

II

O segundo artigo da secção, de Rogério Ossemane, foca os desafios de expansão das receitas fiscais para financiar o Estado. **O principal destaque deste artigo** está em evidenciar que o maior e/ou mais significante potencial para ampliação das receitas fiscais, a curto prazo, está na redução dos benefícios fiscais sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, especialmente das grandes empresas.

O autor analisa os códigos de benefícios fiscais de 2002 e 2009, os custos dos incentivos fiscais e a evolução da massa tributária para 5 (cinco) principais categorias de imposto no período de 2002 a 2008 e constata que **a massa tributável** do Imposto sobre Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) para além de ser mais de duas vezes superior a massa tributável do IRPS é a que mais cresceu nos últimos anos relativamente às outras categorias de imposto. **Porém, paradoxalmente**, contribui menos para as receitas fiscais (que o IRPS), e tem a carga tributária média decrescente. Por sua vez, os custos dos incentivos fiscais ao IRPC apresentaram uma taxa de crescimento em média 5 vezes superior à das outras categorias de imposto.

Considerando a irrelevância e/ou redundância dos incentivos fiscais aos grandes projectos, o artigo reforça a tese de que é pertinente e urgente renegociar os contratos firmados com os mega projectos, e chama atenção para o facto da revisão do CBF poder significar um aumento do custo dos benefícios fiscais irrelevantes.

III

Dando continuidade à discussão, no terceiro artigo, Fernanda Massarongo e Carlos Muianga, olham para a alternativa prática à expansão de receitas fiscais para o financiamento do Estado – a dívida pública. **Isto é, o artigo analisa os actuais e previsíveis custos** do uso da dívida pública interna mobiliária, da dívida externa comercial (e não comercial) e das parcerias público privado, como fontes de financiamento da despesa pública (em substituição da mobilização de

receitas fiscais) **no contexto de um padrão de acumulação e crescimento poroso, concentrado e desarticulado.**

Assim, quatro problemas fundamentais são apontados. **Primeiro**, o custo significativo que o serviço da dívida, principalmente a comercial, impõe sobre as contas públicas. **Segundo**, o perigo da não continuidade da gestão da dívida dentro dos limites considerados sustentáveis. **Terceiro**, o aumento da competição e a pressão sobre o preço dos recursos financeiros, no caso da dívida interna, bem como no incentivo à concentração em actividades especulativas pelo sector financeiro, que para além de prejudicar o crescimento e a diversificação, aumenta ainda mais os próprios juros da dívida pública. **E quarto**, e o mais agravante, é a provável tendência de concentração da despesa pública à volta dos grandes projectos, de forma a garantir retornos financeiros que contrabalancem o custo de financiamento, o que pode prolongar o padrão concentrado de crescimento existente.

IV

Dado o padrão de acumulação concentrado e desarticulado da produção e comércio e as modalidades de financiamento do Estado, **que tipo de sistema financeiro que se está a desenvolver**, visto que o mesmo se relaciona com a base social, económica e política, em que se desenvolvem interesses, tensões, pressões e conflitos? **Esta questão é respondida pelo quarto artigo**, de autoria de Sofia Amarcy e Nelsa Massingue, onde é feita uma reflexão crítica sobre a interpretação clássica dos fenómenos financeiros.

Explorando dados do Banco de Moçambique e do INE, as autoras do artigo, reflectem sobre os conceitos de expansão do sector financeiro nas **dimensões territorial, de profundidade financeira e de meticalização**, discutindo as limitações e a informação que os mesmos permitem apurar, **no que diz respeito à ligação** entre o sector financeiro e a base produtiva. **Da análise, concluem que os dados** e informação adjacente a cada conceito não permite apurar as causas e consequências da expansão do sistema financeiro, e a forma como este responde e participa na organização da produção.

V

O quinto e último artigo, de Zaqueo Sande (publicado a título póstumo), **analisa a muito discutida questão dos “7 milhões”**. O autor reflecte sobre as principais abordagens de debate dos “7 milhões”, seus problemas e limitações em ligar a análise do fundo à análise da diversificação e articulação da base produtiva.

Por conseguinte, o autor identifica e discute três abordagens: a oficial que também designada de “abordagem da pobreza individualizada”, a do Neopatrimonialismo e a da competição financeira. **E, deste modo**, conclui que há uma sobre estimação do impacto do fundo, derivado de um entendimento deficiente do conceito de pobreza, sem considerar a realidade social, económica e política do contexto analisado.

VI

Em jeito de fecho, dizer que mais do que advogar a mobilização de recursos domésticos ociosos, a análise feita pelos 5 (cinco) artigos, **apresenta uma série de questões e desafios que merecem espaço no debate sobre o desenvolvimento nacional, nomeadamente:**

- O desafio pensar e discutir a forma como o Estado é financiado, as implicações e a correlação com as dinâmicas de acumulação;
- O desafio de pensar em como é que a riqueza gerada na Economia poderá ser retida dentro da mesma e traduzida em ganhos sociais alargados;
- O desafio de interligar a intervenção do Estado com a promoção do investimento e alcance de objectivos estratégicos de desenvolvimento, no que respeita a realização de despesas públicas, a provisão de serviços financeiros e concessão de benefícios fiscais

- O desafio de se pensar em como é que os recursos mobilizáveis domesticamente podem ser usados de forma coerente com uma maior diversificação, articulação da base produtiva. Isto é, o que significa, implica e como é que a base produtiva pode ser articulada e desconcentrada.

E, derivado destes, emerge aqui um desafio para toda a sociedade, que é o de pensar, discutir e apresentar pontos de vista à volta destas questões.

Obrigada